

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Reprodução/Instagram Rueda



União meio barro, meio tijolo

União/PP não sai do governo. Mas também não entra

Do alto da escada que leva ao Salão Negro do Congresso, onde uma multidão se espremia para ver a solenidade de criação da federação União Brasil/PP, batizada de “União Progressista”, um integrante do MDB observa a cena. Diante de comentários mais inflamados de alguns, prometendo que a federação tendia a se afastar do governo Luiz Inácio Lula da

Silva, esse emedebista dizia: “Não sai. Mas também não entra”. Esse é um resumo perfeito da complicadíssima relação de Lula com os partidos do Centrão que compõem a sua base. Em seu terceiro governo, Lula vive uma situação bem diferente do que eram as alianças nos dois anteriores. Partidos e parlamentares hoje dependem muito menos de ser governo.

Capitalismo

Estar no governo hoje está muito mais relacionado ao tipo de capitalismo brasileiro, no qual os setores que esses partidos representam dependem do Estado. Algo muito evidente no agronegócio, por exemplo. É isso o que faz com que o Centrão seja e não seja governo.

Independência

Do ponto de vista meramente político, a independência obtida na utilização dos recursos orçamentários e nas verbas de campanha faz com que os partidos dependam menos do Executivo. É bem menos de dentro do governo que a política se financia.

Ricardo Stuckert/PR



Como Lira e Lula: relações sempre delicadas

Sucesso do governo não necessariamente é do político

Os partidos do Centrão são agrupamentos regionais. Em cada estado, movimentam-se de acordo com o humor local. Se o estado é mais oposicionista, como os do Sul, o partido será mais oposicionista. Se o estado tende mais ao governo, como no Nordeste, será mais governista. Nesse sentido, o eventual sucesso

nacional do governo não necessariamente significa sucesso local para o político. Especialmente no caso dos partidos mais conservadores aliados do governo, o eleitor desses partidos na grande maioria das vezes não é eleitor de Lula. Assim, o partido que em Brasília apoia o governo é o mesmo que o critica no estado.

Ministros

Assim, eventuais ministros passam a ser parte de planos específicos. No Brasil, quase todos os setores privados dependem de incentivos e outros benefícios dos Estados. Que os ministros administram. Mais e mais, a base do governo vai passando a ser essa.

Vice

Sabino chegou a defender que o União Brasil deveria indicar o vice de Lula em 2026. O emedebista duvida. Como também duvida que progrida no próprio MDB essa pretensão de disputar o cargo com o PSB, do atual vice, o ministro Geraldo Alckmin.

Projetos

E criam, assim, ali projetos específicos de poder. No caso do MDB do observador, é o caso dos planos de Renan Filho, nos Transportes, ou Jader Barbalho Filho, nas Cidades. No caso do União Brasil, assim ocorre em pastas como a do Turismo, com Celso Sabino.

Nacional

Justamente porque entrar oficialmente na chapa implica apoio integral, nacional. Algo que cada vez mais não parece interessar aos partidos do Centrão pelos problemas locais que iria gerar. Em São Paulo, por exemplo, o MDB quase que certamente será oposição.

Federação União-PP se torna a maior bancada

Ainda não há certeza sobre como será relação com governo

Renato Araújo/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Os partidos União Brasil e Progressistas (PP) formalizaram a sua união, formando a Federação União Progressista (UP). A cerimônia de lançamento da federação ocorreu nesta terça-feira (29), no Salão Negro do Congresso e contou com a presença de governadores e parlamentares de ambos os partidos. Com a união de ambas as siglas, que passam a ser uma só, a federação se torna a maior bancada do Congresso Nacional, desbancando o Partido Liberal na Câmara dos Deputados (92), com 109 deputados federais. No Senado, a bancada será de 14 senadores, a mesma quantidade que têm o PL e o PSD. Para além do Legislativo, a federação ainda terá seis governadores e 1.330 prefeitos no país.

Bússola

Os presidentes do União Brasil e do PP, respectivamente Antônio Rueda e o senador Ciro Nogueira (PI), dividirão a presidência do grupo, começando com Rueda. Após alguns meses, o posto passará para Nogueira. Durante a cerimônia, ambos leram um manifesto pela junção das siglas, que promete ser uma “bússola no centro da política” para guiar o país.

“Esta bússola tem um norte claro e definido: responsabilidade fiscal e responsabilidade social. Temos de garantir o equilíbrio das contas públicas para que o equilíbrio e a paz social possam ser assegurados”, destacou Rueda, o primeiro a ler o documento.



União Progressista será maior bancada da Câmara

“Se devemos comemorar os 40 anos da chamada Nova República, que assinalam a nossa experiência democrática mais longeva, é necessário, contudo, fazermos uma autocritica como nação: a economia patina, e com ela o bem-estar dos brasileiros. Embora oscilemos ano a ano em torno da décima posição do Produto Interno Bruto [PIB] no mundo, quando focamos a população nos vemos no octogésimo segundo lugar em termos de PIB per capita, muito abaixo, inclusive, de vários países latino-americanos”, completou.

Governo

Tanto o União Brasil quanto o Progressistas possuem representantes nos primeiros escalões do governo federal. O

União conta com Celso Sabino no Ministério do Turismo e, recentemente, Frederico de Siqueira Filho no comando do Ministério das Comunicações. Já o PP compõe o primeiro escalão do governo com André Fufuca no Ministério do Esporte e Carlos Antônio Vieira Fernandes na presidência da Caixa Econômica Federal. Contudo, a cerimônia da federação ocorreu em tom de oposição e parte desses partidos, especialmente o União, se encontram divididos quanto à permanência no governo ou não.

Em entrevista à CNN, o governador de Goiás Ronaldo Caiado (União) disse que espera que a federação desembarque do poder Executivo.

Ao Correio da Manhã, a cientista política e especialista

em legislativo da BMJ Consultores Associados Letícia Mendes avalia que seria mais fácil uma saída do PP, especialmente porque Ciro Nogueira é um forte crítico do governo federal. Porém, uma eventual saída do União Brasil seria mais complicada. E, como federação, os partidos agora precisarão ter a mesma orientação.

“Eu vejo que é uma saída um pouco delicada, principalmente dentro do União Brasil, que possui alguns ministérios de pastas robustas, com orçamentos a serem considerados. Essa saída, de certa forma, prejudicaria um pouco essa interlocução, principalmente dentro do poder Executivo, que também é uma ferramenta muito importante na efetivação de algumas políticas públicas”.

Na presença de Lewandowski, deputados quase saem no tapa

Lula Marques/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados foi palco, nesta terça-feira (29), de uma cena de confronto durante uma audiência com o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, na Comissão de Segurança Pública. A reunião, agendada para discutir questões relacionadas à atuação da pasta, rapidamente se transformou em um embate entre os deputados Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do partido, da base do governo, e Gilvan da Federal (PL-ES), do campo oposicionista.

O desentendimento teve início durante os questionamentos ao ministro, quando Gilvan utilizou seu tempo de fala para criticar duramente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ele o chamou de “descondenado” e acusou seu governo de “importar corruptos”, em referência à concessão de asilo diplomático à ex-primeira-dama peruana Nadine Heredia, condenada a 15 anos de prisão por lavagem de dinheiro em um escândalo envolvendo a empreiteira Odebrecht.

Em reação imediata de Lindbergh Farias, respondeu com dureza. Lindbergh qualificou Gilvan de “desqualificado” e trouxe à tona uma polêmica declaração do deputado, que declarou desejar a morte do presidente Lula. A troca de acusações entre os dois rapidamente se intensificou, com ambos se levantando e trocando ofensas.



Lewandowski explicou crítica feita às polícias

Intervenção

Diante do crescente risco de uma escalada no confronto, o presidente da comissão, Paulo Bilynskyj (PL-SP), solicitou a intervenção da Polícia Legislativa para evitar que a situação se agravasse. Bilynskyj defendeu seu colega de partido, afirmando que Lindbergh, ao levantar uma questão de ordem, a utilizou de maneira inadequada, transformando-a em uma provocação contra o deputado Gilvan. Após a interrupção, os trabalhos na comissão foram retomados.

Durante sua participação na comissão, Lewandowski foi questionado sobre uma crítica à polícia, na qual afirmou que “a polícia prende mal e o Judiciário é obrigado a soltar”.

Ele explicou que se referia ao processo de audiência de custódia, onde, em alguns casos, informações sobre antecedentes criminais não são corretamente apresentadas, resultando na liberação de detidos com históricos graves. “Disse isso num contexto de custódia e num contexto do sistema único de segurança pública que nós queremos estabelecer. Essa frase foi tirada do contexto, tenho a melhor relação com a polícia possível”, disse.

Fraude no INSS

Na ocasião, também afirmou que o governo federal irá até “às últimas consequências” para prender todos os responsáveis pelo esquema de fraudes que desviou R\$ 6,3 bilhões de

aposentados e pensionistas do INSS de 2019 a 2024. Na semana passada, a Polícia Federal, em parceria com a Controladoria Geral da União (CGU), identificou irregularidades nos descontos de mensalidades associativas sem autorização. “Não mediremos esforços e todos aqueles que tiverem responsabilidade pagarão, custe o que custar, atinja a quem atingir”, afirmou o chefe da pasta de segurança da Esplanada.

Sobre o tema, foi questionado sobre um possível conflito de interesses, em razão de um escritório de advocacia, do qual seu filho Enrique Lewandowski é sócio, prestar assessoria a uma das entidades investigadas pela PF. A informação foi revelada pelo Metrôpoles nesta terça-feira. De acordo com o portal, o escritório foi contratado para representar o Centro de Estudos dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (Cebap) junto ao INSS e a outros órgãos federais, como a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça. O contrato foi firmado quatro meses antes da operação deflagrada na quarta-feira (23).

O ministro negou qualquer envolvimento do ministério nas investigações e defendeu a atuação do escritório, que segundo ele, não pode ser confundido com seus clientes. “Alguns escritórios de advocacia no ano passado foram contratados para regularizar a situação (das entidades). São atuações perfeitamente legais”, disse.